

## De Anápolis à Brasília: a constituição do patrimônio cultural de Anápolis e sua relação com a construção de Brasília

From Anápolis to Brasília: the constitution of the cultural heritage of Anápolis and its relationship with the building of Brasília

Geraldo Henrique de Souza Oliveira Júnior<sup>1</sup>

 <https://orcid.org/0009-0000-9238-1602>

Rangel Gomes Godinho<sup>2</sup>

 <https://orcid.org/0000-0003-2950-5574>

### Resumo

A construção de Brasília imprime uma nova dinâmica socioeconômica no Centro-Oeste brasileiro, tendo Anápolis como eixo mediador desse processo devido sua posição estratégica quanto a distribuição logística entre o Norte e Centro-sul do país. Nesse cenário, o presente artigo objetiva compreender a constituição do patrimônio cultural de Anápolis em sua relação com a construção de Brasília, ressaltando-o como memória desse processo. A pesquisa fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e documental; levantamento de dados sobre patrimônio cultural de Anápolis em órgãos públicos nas esferas municipal, estadual e federal; realização de visitas técnicas para a reconhecimento do patrimônio cultural; formação de banco de dados; discussão e análise dos resultados. Conclui-se que em Anápolis há 14 bens patrimoniais salvaguardados por lei específica, não sendo registrados em livros de tomo, dos quais sete bens explicitam a relação entre Anápolis e Brasília, especialmente quanto às demandas comerciais, educacionais/profissionalização e infraestrutura ferroviária e rodoviária.

**Palavras-Chave:** Patrimônio Cultural; Memória Urbana; Eixo logístico; Anápolis.

### Abstract

The building of Brasília creates a new dynamic socioeconomic in the Brazilian's Center-West. Anápolis is the mediating center of this process due to its strategic position in terms of logistical distribution between the North and Center-South of the country. In this context, this article aims to understand the constitution of the cultural heritage of Anápolis in its relationship with the

<sup>1</sup> Bacharel em Jornalismo e Licenciado em Ciências Sociais. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFG)/Câmpus Anápolis. E-mail: [grdhjr@gmail.com](mailto:grdhjr@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Geografia. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFG)/Câmpus Anápolis. E-mail: [rangel.godinho@ifg.edu.br](mailto:rangel.godinho@ifg.edu.br).

building of Brasília, highlighting it as a memory of this process. The research is based on bibliographic and documentary research; collecting data about Anápolis's cultural heritage in public bodies at the municipal, state and federal levels; carrying out technical visits to recognize cultural heritage; building a database; discussion and analysis of results. Concludes that in Anápolis there are 14 heritage assets safeguarded by specific law, not being registered in heritage books, of which seven assets explain the relationship between Anápolis and Brasília, especially regarding commercial, educational/professionalization demands and railway and road infrastructure.

**Keywords:** Cultural Heritage; Urban Memory; Logistics axis; Anápolis

---

## Introdução

Os primeiros relatos sobre a área onde Anápolis está situada, remetem-se ao século XIX, quando os viajantes Augusto de Saint-Hilaire, Raimundo José da Cunha Matos, Francis Castelnau, entre outros descreveram que a região era “destinada ao pouso de tropas de muares que realizavam o transporte de mercadorias e pessoas” (Chiarotti; Chiarotti, 2012, p.12). Nota-se a emergência do caráter de entreposto comercial que definirá os rumos futuros para essa região do centro do país.

Outro atributo que conferirá à futura Anápolis destaque regional se refere a fertilidade da terra e o clima favorável para cultivos sazonais, aspectos que beneficiaram o processo de ocupação dessa área, onde em 1871 foi edificada uma Capela em homenagem a Nossa Senhora de Sant’Ana, que já em 1874 foi elevação à condição de Paróquia (Chiarotti; Chiarotti, 2012).

Esse foi um importante passo para a estruturação inicial do que viria a ser a cidade, principalmente para as instituições religiosas e político-administrativas. Sua ascensão para vila ocorreu com a Lei nº 811, de 15 de dezembro de 1887, e seu primeiro nome veio em homenagem à padroeira e ao principal curso hídrico que atravessa a cidade (Córrego das Antas), se tornando Vila Santana das Antas. Essa situação vinha ao encontro da continuidade de seu sucessivo desenvolvimento e busca pela “autonomia política e a demarcação territorial” (Silva,1997). Destarte, Anápolis se constitui enquanto município independente e passa a ter a nomenclatura atual por meio do Decreto nº 320, assinado em 31 de julho de 1907, quando se emancipa do município de Meia Ponte, atual cidade de Pirenópolis.

Dentre as políticas públicas de integração nacional que impactaram o Centro-Norte do país e consequentemente o desenvolvimento de Anápolis, ressaltam-se a Marcha para o Oeste, implementada durante o governo de Getúlio Vargas, que incentivou a apropriação do território goiano, tendo a instalação da Estações Ferroviárias General Curado e Prefeito José Fernandes Valente em 1935 como resultado desse processo que impacta diretamente a cidade.

Outra política pública de extrema relevância que altera a dinâmica socioeconômica de Anápolis é o Plano de Metas implementado durante o governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961), principalmente em relação a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para o Centro-Oeste

brasileiro, visto que nesse contexto, devido à proximidade da área da nova capital, Anápolis apresenta subsídios para sua construção.

Essa contextualização histórica se trata de um breve panorama que realça a base para a constituição de Anápolis como espaço estratégico que oferece condições para a edificação da nova capital federal.

A escolha da cidade de Anápolis como entreposto para a viabilização da construção de Brasília, ocorreu por seu crescente desenvolvimento socioeconômico relacionado a sua articulação rodoviária, bem como por sua proximidade à área de construção do plano piloto, 130 km de distância, elemento primordial para que fosse estabelecido uma relação entre essas cidades (Máximo; Trevisan, 2021).

Polonial (2011) explica que a construção de Brasília no território goiano aumentou os investimentos no estado de Goiás, conseqüentemente para Anápolis. O autor afirma que isso favoreceu os anseios de crescimento e modernidade que a cidade aspirava.

Essa relação com Brasília possibilitou que Anápolis se desenvolvesse economicamente com privilégios e influências que a destacaram perante todo o estado de Goiás. Na procura de reconstituir os passos da cidade Anapolina, que outrora possuiu uma cultura rural e de subsistência, para uma cidade com um importante eixo industrial, é preciso destacar os patrimônios históricos culturais que recontam essa trajetória.

A relação de Anápolis com a cidade de Brasília pode ser entendida por meio de um recorte temático que se pauta na análise do patrimônio cultural, visto que esses elementos exprimem aspectos dessa relação, recontam a dinâmica socioeconômica relativa às transformações na cidade.

Perante o exposto, o presente artigo tem como objetivo principal compreender a constituição do patrimônio cultural material de Anápolis e sua relação com a construção de Brasília. Para isso, buscou-se também identificar e compreender a importância dos elementos do patrimônio cultural material de Anápolis, avaliar a conjectura socioespacial de Anápolis que favoreceu a construção de Brasília, e analisar os impactos da construção de Brasília para o município de Anápolis.

Desse modo, compreender-se o patrimônio cultural como o conjunto de bens móveis e imóveis de interesse público devido seu caráter e expressar fatos memoráveis da história do Brasil ou que tem valor excepcional de valor arqueológico ou etnológico, bibliográfico ou artístico (Brasil, 1937, artigo 10).

Destaca-se que essa pesquisa tem a importância para aprofundamento da compreensão das correlações entre a constituição do patrimônio cultural anapolino e seu vínculo com o processo de modernização no centro goiano com a edificação de Brasília.

## **Metodologia**

Com base na abordagem e tratamento de seu objeto, a presente pesquisa caracteriza-se como pesquisa qualitativa, pautando-se em pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e levantamento de

dados secundários que subsidiam a análise empreendida. Prodanov e Freitas (2013) elucidam que na abordagem qualitativa, o quadro teórico-conceitual fornece os referenciais para coleta, análise e a interpretação dos dados, os quais possuem caráter descritivo e revela os diversos elementos existentes na realidade estudada.

A realização da pesquisa bibliográfica centrou-se na busca de publicações quanto a temática da pesquisa, em especial sobre patrimônio cultural material, a constituição histórica de Anápolis e a relação entre Anápolis e a construção de Brasília.

Ressalta-se que a pesquisa bibliográfica é realizada a partir do registro disponível de pesquisas anteriores publicadas, portanto, utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros(as) pesquisadores(as) e devidamente registrados(as), permite identificar o estágio atual do conhecimento referente a determinado tema (Severino, 2013; Gil, 2017).

Realizou-se também pesquisa documental e busca de dados sobre os elementos do patrimônio cultural de Anápolis nos órgãos públicos e entidades relacionadas à proteção do patrimônio cultural a nível federal, estadual e municipal, mais especificamente o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Secretaria de Estado da Cultura de Goiás (SECULT) e o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Anápolis (COMPHICA).

O IPHAN disponibiliza em seu website oficial um arquivo em formato de planilha (xlsx) com a lista dos bens tombados e processos em andamento desde o ano de 1938 até 2019, a planilha traz as seguintes informações: identificação do bem patrimonial (nome); município e estado federativo onde está localizado; classificação do bem quanto à forma de proteção; informações sobre a aprovação ou não do tombamento; e a data de registro do bem nos respectivos livros de tomo. Por meio do IPHAN também é possível encontrar informações sobre os bens tombados a nível federal a partir do Arquivo Noronha Santos, que dispõe de informações relativas ao nome do bem tombado, outros nomes atribuídos (quando for o caso), uma descrição geral do elemento patrimonial, endereço, livros de tomo em que o bem é registrado com respectiva data de inscrição, número do processo de tombamento, e em alguns casos informações sobre o uso socioeconômico.

Entretanto, verificou-se que o Arquivo Noronha Santos está desatualizado frente à planilha baixada no portal do IPHAN, visto que a planilha apresenta informações sobre 26 bens tombados no estado de Goiás, enquanto o Arquivo Noronha Santos traz informações de apenas 21 elementos patrimoniais. Todavia, não consta em Anápolis nenhum bem patrimonial tombado a nível federal.

Por meio do website da SECULT adquiriu-se uma planilha em formato PDF (*Portable Document Format* criado pela empresa Adobe Systems) com dados atualizados até o ano de 2012 que expressam as seguintes informações: identificação do bem tombado (nome) e outra possível denominação; proprietário (particular ou público); instrumento legal de tombamento; cidade onde o patrimônio se localiza; e o endereço. É também pelo website da SECULT que foi possível encontrar

informações sobre o uso de alguns elementos patrimoniais. Embora a nível estadual haja 71 bens tombados, evidencia-se que nenhum deles situa-se em Anápolis.

Perante a falta de bens culturais protegidos nos níveis federal e estadual, o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Anápolis (COMPHICA) se constitui como a única referência quanto ao patrimônio cultural salvaguardado em Anápolis. Com base nos arquivos disponibilizados pelo presidente do COMPHICA, Sr. Jairo Alvez Leite, foi possível identificar 14 bens tombados, os quais serão descritos de decorrer do artigo. Evidencia-se que em Anápolis há um problema quanto ao tombamento dos bens patrimoniais, devido a forma que são registrados, pois não constam livros de tomo específicos a nível municipal, mas somente um termo de abertura de livros de tomo que funciona como “livro provisório” até que os devidos livros sejam prescritos por lei municipal no formato adequado segundo os requisitos oficiais.

A partir da tabulação, cotejamento e síntese dos dados levantados nas fontes citadas foi elaborada uma base de dados no editor de planilhas *Microsoft Office Excel* (2019), com as principais informações patrimoniais utilizadas para os objetivos desse artigo, as quais representam a síntese dos dados encontrados.

Após a identificação dos elementos patrimoniais de Anápolis, foi possível estabelecer sua caracterização com ênfase em sua forma, função e o processo histórico no qual emergem. Tendo como base o entendimento que o espaço geográfico se constitui como um sistema de objetos e sistema de ações, dimensões indissociáveis (Santos, 2006). Correlacionado com os elementos do patrimônio cultural de Anápolis ao entendimento como é configurado os objetos técnicos que apresentam, e apresentaram diferentes funcionalidades no processo histórico, relativas aos diversos fluxos que influíram nas transformações decorrentes da edificação de Brasília.

Assim, efetivou-se uma análise apresentando informações sobre o contexto histórico no qual os elementos patrimoniais são edificados, sobre o que foi alterado e o que permanece e sua funcionalidade para dar base à construção de Brasília ou como resultado da construção da nova capital. Desse modo, ressalta-se o que ainda permanece desse período pelos elementos patrimoniais e quais efeitos foram perceptíveis na estrutura socioeconômica da cidade.

Compreendendo que é preciso analisar como os recursos viabilizados para Anápolis foram determinantes para a edificação de Brasília, o crescimento da cidade anapolina e conseqüentemente como essa relação ainda permanece ao tempo.

Além desse aspecto, compreende-se o papel histórico da Anápolis na construção e como esse fato margeou a constituição e identidade da sociedade Anapolina. Tendo como base, discutir os fatores que contribuíram para a formação da cidade de Anápolis, a fim de entender sua importância estratégica.

## **A constituição do patrimônio cultural de Anápolis**

A compreensão da constituição do patrimônio cultural de Anápolis funda-se em aspectos conceituais, pautados na legislação, que são base para a regulamentação do processo de patrimonialização no Brasil. Nesse sentido, destacam-se o Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, a Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937 e a Constituição Federal Brasileira (1988).

Pellegrini Filho (1997, p. 102) elucida que na Constituição Federal Brasileira de 1934, o tema do patrimônio cultural passa a integrar a legislação brasileira, ao explicitar que cabe a União promover ações para o desenvolvimento a cultura, proteção de objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico. No entanto, é somente com o Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 que se estabelece parâmetros para a organização e proteção do patrimônio cultural material, bem como apresenta-se uma definição específica de patrimônio cultural.

(...) conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnológico, bibliográfico ou artístico (Brasil, 1937, artigo 10).

O Decreto-lei nº 25/1937 estabelece que para a proteção dos bens patrimoniais materiais é necessário o ato de tombamento, o qual culmina com a inscrição dos bens em um dos quatro Livros de Tombo: Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico; Histórico; Belas Artes; e das Artes Aplicadas. Desde então, a classificação dos bens culturais materiais obedece à proposta de registro nos quatro livros de tomo citados.

A Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937 tem relevância ao instituir, a nível federal, a autarquia responsável pela identificação, conservação, conscientização, restauração e manutenção do patrimônio cultural brasileiro, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cuja nomenclatura é alterada pelo artigo 14 do Decreto nº 66.967 de 27 de julho de 1970, passando a ser denominado como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) (IPHAN, 2022).

Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 14) destacam que para efetivação dos objetivos do Iphan, o processo de tombamento e salvaguarda precisa ser articulado com os estados e municípios, de modo que os bens patrimoniais precisam ser inscritos nos Livros de Tombo do Patrimônio nacional, estadual ou municipal para sua efetiva salvaguarda.

Em relação a Constituição Federal Brasileira (1988), evidencia-se a ampla compreensão do patrimônio cultural brasileiro, pois além de integrar as dimensões natural e cultural do patrimônio, legitima também o patrimônio imaterial, conforme observa-se na definição abaixo.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (Brasil, 1988, Art. 216).

Nos incisos de I a V do artigo 216 integram-se também como patrimônio cultural as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Ribeiro e Zanirato (2008) enfatizam a importância do registro adequado dos bens patrimoniais, os autores afirmam que o tombamento é “um procedimento jurídico pelo qual se faz a proteção do monumento que se efetiva ao ser inscrito no livro do tomo. Ele é tanto o ato administrativo quanto a operação de inscrição do objeto em um dos livros de tomo” (Ribeiro; Zanirato, 2008, p. 287).

A partir dos dados disponibilizados pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Anápolis (COMPHICA) foram identificados quatorze elementos patrimoniais em Anápolis, dos quais nove bens patrimoniais foram registrados no “livro provisório” em um mesmo ato de inscrição, em 30 de abril de 2008; enquanto cinco bens culturais ainda não foram inscritos, embora tenham sido declarados tombados por meio de leis específicas. O quadro 01 apresenta a identificação dos bens patrimoniais de Anápolis, dos quais 13 são bens materiais e um constitui-se como patrimônio cultural imaterial.

<b>Quadro 01: PATRIMÔNIO CULTUAL DE ANÁPOLIS (2023)</b>		
<b>Identificação</b>	<b>Início do processo de tombamento</b>	<b>Data de registro no livro de tomo provisório</b>
Mercado Municipal Carlos de Pina	1984	2008
Estação Ferroviária Prefeito José Fernandes Valente	1991	2008
Diretoria Municipal de Cultura/ Centro Cultural de Anápolis Ulisses Guimarães (antigo Fórum)	1991	2008
Escola de Artes Oswaldo Verano (antiga Cadeia Pública)	1991	2008
Museu Histórico Alderico Borges de Carvalho	1991	2008
Morro da Capuava	1997	2008
Casa de JK	2003	2008
Colégio Couto Magalhães	2005	2008
Colégio Estadual Antensina Santana	2005	2008
Edifício histórico (antigo coreto)	2001	Sem registro
Fonte Luminosa	2007	Sem registro
Estação ferroviária General Curado e a casa do chefe da estação	2015	Sem registro
Estação Ferroviária Engenheiro Castilho	2018	Sem registro
Folia de Reis e o Dia Municipal da Folia de Reis	2020	Sem registro

Fonte: COMPHICA, Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Anápolis (2022). Elaborado pelos autores (2024).

Perante as discussões apresentadas, em Anápolis todos os bens patrimoniais são tombados apenas em nível municipal, portanto, cabe a administração municipal sua salvaguarda, fato que precisa iniciar com o devido registro dos bens no livro de tomo e assim avançar para efetivas políticas públicas de promoção patrimonial.

Ressalta-se que tombamento é uma forma de catalogar para definir políticas de proteção, preservação e ações específicas quanto ao patrimônio cultural dentro de cada município do país. Constituindo não apenas a identidade do patrimônio, mas sua importância e necessidade para viabilizar sua preservação de seu posicionamento histórico.

Horta, Grunberg e Monteiro (1999) argumentam que o tombamento é um registro oficial e legal de bens com importante significado para a sociedade, os quais são referência da trajetória histórico-cultural de um povo, portanto, um instrumento da memória coletiva que precisa ser compreendido como um elemento do meio ambiente histórico, “como tal deve ser analisado em seu contexto social e histórico, ao longo do tempo”.

Assim, a compreensão da relação entre Anápolis e Brasília no processo de edificação da capital federal por meio do patrimônio cultural implica o aprofundamento sobre o contexto histórico de sua constituição, rememorando “um passado que não pode ser mudado, o qual não vivemos, mas as memórias nos permitem reviver” (Leonel; Couto; Moraes, 2019, p.4).

Nessa perspectiva, Santos (2006) explicita que o espaço geográfico se constitui a partir de uma relação entre fixos e fluxos que pode ser compreendida a partir dos objetos técnicos que formam a configuração territorial e sua existência social, determinada pelas relações sociais.

No contexto desse trabalho, o patrimônio cultural exprime a materialidade do espaço geográfico, e o sentido de sua existência, ou seja, sua origem e sua condição patrimonial é estabelecida pelos fluxos implementados na relação entre Anápolis e Brasília, seja nas condições prévias que subsidiam o “nascimento da nova capital federal”, seja na herança desse processo histórico que deixa marcos patrimoniais.

### **De Anápolis à Brasília: subsídios para a nova Capital**

A proximidade de Anápolis com o local escolhido para a construção da nova capital federal, Brasília, impactou ambas as localidades em diferentes aspectos, especialmente pelo investimento em logística e tecnologia. Uma forma de compreender esse processo é perceber como os elementos do patrimônio cultural de Anápolis conectam-se a esse contexto. O fato é que Anápolis recebe destaque como eixo modal no cenário nacional.

Cunha (2014) afirma que Anápolis possui uma localização estratégica entre os principais núcleos urbanos do estado de Goiás, que associada a condições favoráveis como clima adequado, investimento setoriais, investimentos políticos, proximidade com a capital goiana e facilidade no escoamento logístico a posiciona como atracadouro do processo produtivo da região central do Brasil,

por meio das relações comerciais que advinham da região sudeste em direção ao centro-norte do país, a cidade se torna um ponto referencial de extrema importância para a constituição de Brasília.

As infraestruturas supracitadas e aqui tratadas, ao se relacionarem como traço historicamente construído de entreposto comercial e produtivo de Anápolis, fizeram com que essa cidade logo se despontasse no cenário regional e nacional como cidade polarizadora de uma ampla região do centro-norte de Goiás e do país (Máximo e Trevisan, 2021, p.3).

Quanto ao subsídio para a construção de Brasília destacam-se os seguintes objetos patrimoniais: o Mercado Municipal Carlos de Pina, a Estação Ferroviária Prefeito José Fernandes Valente, os Colégios Couto Magalhães e Antensina Santana, bem como o antigo Fórum da cidade.

Elencando os patrimônios históricos que foram importantes para esse fato, o primeiro tombado em Anápolis é o Mercado Municipal Carlos de Pina pela Lei nº 25, de julho de 1984. O mercado foi fundado em 25 de dezembro de 1951, representa a força comercial e o desejo de modernidade marcada pela arquitetura fulgurante da *Art Décor*, que faz parte da identidade anapolina. As figuras 01, 02 e 03 expressam elementos da arquitetura *Art Décor* presentes em alguns bens patrimoniais de Anápolis.

**Figura 01:** Mercado Municipal.



**Fonte:** Acervo dos autores.

Esse estilo marcante se tornou um dos elementos primordiais para seu acervo patrimonial devido ao anseio moderno e industrial da cidade. Com o tempo o estilo *Art Décor* era inserido como teor

moderno na cidade, afetando gradualmente o cenário urbano que modificava as casas no estilo colonial, desde suas primeiras ocupações (Vargas; Costa, 2016).

Dentro do eixo central da cidade foram implantadas melhorias e novas construções na paisagem urbana, que são recontadas pelos patrimônios. Essas construções possuíam características modernistas que eram perceptíveis nos espaços urbanos, de lazer e nos edifícios oficiais caracterizados pela *Art Décor* (Pantaleao et al., 2014).

**Figura 02:** Colégio Antensina Santana.



**Fonte:** Acervo dos autores.

**Figura 03:** Antigo Coreto.



**Fonte:** Acervo dos autores.

Localizado no setor central, o Mercado Municipal traz esses elementos modernistas em suas estruturas históricas. No quesito histórico, o Mercado teve um papel importante no abastecimento para a construção de Brasília. Nesse período, os autores Leonel, Couto e Morais (2019) analisam que Anápolis se tornou protagonista e cresceu como uma mola propulsora na área comercial em um edifício designado inicialmente apenas para organização da venda de hortifrutigranjeiros.

Um fator determinante para o desenvolvimento de Anápolis na área comercial foram as ligações ferroviárias da cidade. As antigas estações tiveram papéis importantes na história da cidade, sendo elas a Estação Ferroviária General Curado, a Estação Ferroviária Engenheiro Castilho e a Estação Ferroviária Prefeito José Fernandes Valente.

A Estação ferroviária General Curado foi inaugurada em 7 de setembro de 1935 como homenagem ao governador de Santa Catarina que nasceu em Pirenópolis, Joaquim Xavier Curado (Giesbrecht, 2018). Essa estação, que atualmente se encontra desativada, estava conectada a estrada de Ferro Goyas que fica próxima ao atual Distrito Agroindustrial (DAIA) e foi patrimonializada pela Lei nº 803 de 18 de dezembro de 2015.

Estabelecida também no DAIA, a Estação Ferroviária Castilho também fazia parte da Estrada de Ferro Goyaz e homenageava o engenheiro Arthur Pereira de Castilho (Giesbrecht, 2020). Conhecida como Faiana, por ser o local onde ocorriam as Feiras Agroindustriais da cidade de Anápolis, teve sua inauguração em 2 de setembro de 1951. A estação se tornou patrimônio com a Lei nº 3.955 de 05 de abril de 2018. Atualmente, o local perdeu sua função inicial, sendo utilizada por secretarias da Prefeitura Municipal de Anápolis.

A Estação Ferroviária Prefeito José Fernandes Valente, que se localiza no centro da cidade de Anápolis, é memória do fluxo migratório para Anápolis e o fornecimento dos materiais de Anápolis para Brasília. Com estilo eclético, foi tombada em homenagem ao Prefeito José Fernandes Valente pela Lei nº 2.736 de 21 de junho de 2001. Sua inauguração ocorreu no dia 07 de setembro de 1935, e por meio dela, Anápolis se tornou “o maior centro comercial de Goiás” (Leonel; Couto; Morais, 2019, p.12).

Sobre isso, Borba, Milagre e Barreira (2014) argumentam que a chegada da estação ferroviária trouxe para a Anápolis uma grande importância, diante das transações comerciais de integração nacional e internacional, recebendo destaque no estado de Goiás. Para a construção de Brasília seu papel foi sem precedentes, pois ela favoreceu a chegada de força de trabalho e mercadorias para viabilização a construção do Plano Piloto de Brasília.

Seus trilhos hoje fazem parte da ferrovia Centro-Atlântica, pertencente ao grupo Vale. Eles se ligam as principais ferrovias brasileiras e importantes portos marítimos como os da capital de Salvador (Bahia), Angra do Reis (Rio de Janeiro) e Pirapora (Minas Gerais). No estado de Goiás, a estrada percorre a região sudeste, abrangendo Catalão, passando por Anápolis até chegar em Brasília (Rodriguez, 2017, p.72).

Outro fator, que também foi afetado pelo crescimento da cidade, foi a área educacional. A educação é representada pelo Colégio Couto Magalhães, fundado em 1932, e o Colégio Antensina Santana, fundada em 1945. Os prédios dos colégios foram tombados com a Lei nº 3.171, de 07 de dezembro de 2005.

O Colégio Couto Magalhães, começou em casa alugada no centro da cidade no largo da matriz Santana. No ano de 1936, o Colégio se tornou um internato de estudantes vindos de outras cidades e passou a oferecer, em 1939, a formação secundária (denomina na época de ginásio). Na década de 1960, o colégio foi transferido para novo local com arquitetura moderna, no bairro Boa Vista (Leonel; Couto; Morais, 2019).

O Colégio Antensina Santana foi construído em estilo *Art Décor* no centro da cidade, local onde funcionava a antiga Cadeia Pública de Anápolis, sendo inaugurado em 1947 recebeu seu nome como uma homenagem a uma professora da época. Todavia, a edificação do Colégio é resultado de um processo de incremento da educação na cidade que tem como referência inicial a formação de estudantes homens de primeiras letras no período noturno, em 1873. As mulheres só começaram a ter aulas em 1891. Com a expansão de educação infantil foi criado o primeiro Grupo Escolar Dr. Brasil Caiado, atendendo cerca de 180 meninos e meninas, no ano de 1930. Esse Grupo foi renomeado como Grupo Escolar 24 de Outubro, e devido ao crescimento do número de estudante foi necessário construir um edifício adequado que os coubesse (Silveira et al., 2013).

O processo histórico relativo à constituição patrimonial dos Colégios citados demonstra como eles foram os primeiros em suplantarem as demandas educacionais da cidade de Anápolis. Com o crescimento vertiginoso da cidade e, conseqüentemente, da população, é investido em novas escolas para atender as demandas regionais. Entre essas novas escolas, é preciso destacar a Escola Normal Professor Faustino, localizado no centro de Anápolis, e que contribuiu por 45 anos na formação dos professores de Anápolis e também na formação professores de Brasília.

Esse investimento educacional na cidade mostra que Anápolis viabilizou também formação de profissionais da educação que atenderiam as demandas iniciais de Brasília.

Com o desenvolvimento da cidade de Anápolis, ao longo do tempo, veio a necessidade de um local adequado para a organização institucional. Dessa forma, em 07 de agosto de 1938, em estilo *Art Déco* foi construído o Fórum de Anápolis de maneira integrada a estrutura da Praça Bom Jesus. Segundo Chiarotti (2008), o prédio era importante para representação das mudanças que Anápolis estava passando. Diante disso, o prédio significava a estruturação político-institucional que amparava a regulamentação das transações comerciais que favoreceram a construção do novo Distrito Federal. O Fórum também buscava ser um símbolo de modernidade que a cidade desejava, sendo transferida a administração pública para o local até 1975 e tombada em 2001. Atualmente, se tornou um espaço de exposições artísticas e culturais na cidade.

Os patrimônios, destacando o edifício em que se localizava o antigo Coreto na praça James Fanstone, no centro da cidade de Anápolis e que se tornou patrimônio com a Lei nº 2.725 de 05 de abril de 2001, reforçam como a estrutura da cidade e seu acervo patrimonial mantinham comunicação com o desenvolvimento da região sudeste. Ficando claro que arquitetos, construtores e engenheiros de outras regiões conheciam a cidade de Anápolis, e já articulavam projetos novos e ideias modernas para a arquitetura local, antes do plano piloto (Soares, 2019).

Isso ocorria conforme a busca do ideal moderno através da consolidação comercial da cidade e o desenvolvimento próximo que Goiânia explanava para a região. Dessa relação, arquitetos do Rio de Janeiro como Elder Rocha Lima, que teve atuação também em Goiânia; João Alves Toledo, que ajudou a definir o Bairro Jundiá. Nomes advindos de Minas Gerais também contribuíram com a paisagem local como o engenheiro Wenefredo Barcelar Portela, responsável pela implantação da Ferrovia, bem como Lúcio Pinheiro e Mário Evaristo de Oliveira. Com relação direta com Brasília, é possível detectar o projeto residencial, na rua Dona Sandita, advindo do escritório de Oscar Niemeyer (Pantaleao et al., 2014).

Esses nomes citados, da engenharia e arquitetura, demonstram o exponencial crescimento de Anápolis. Esse fato decorre dos investimentos na cidade e das possibilidades resultantes das interligações ferroviárias que cortam a cidade, elas trouxeram olhares e novas possibilidades para a região. Dessa maneira, “atributos que já atraíam imigrantes antes mesmo da construção de Goiânia e de Brasília” (Soares, 2019, p. 157).

Com a construção de Brasília, esse fluxo apenas teve aumento, um impulso intensificado e acelerado, com a chegada de imigrantes de várias partes do país e, também de outras localidades internacionais. As novas perspectivas advindas dos canteiros de obra, iniciados em 1956, para trabalho e novas chances, atraíram as pessoas para Anápolis devido a sua infraestrutura e ação de entreposto das obras (Soares, 2019).

Esses fatos estão revelados pelo patrimônio cultural de Anápolis em sua estrutura e na memória que evocam. As localidades desses elementos guardam a história do processo de desenvolvimento e modernidade, que tanto Anápolis almejou. Dessa forma, os patrimônios lembram que “a identidade de um povo está intimamente relacionada ao lugar no qual se vive; a partir das transformações locais, e a preservação dos monumentos históricos” (Leonel; Couto; Morais, 2019, p. 4).

Esse panorama pode ser articulado com os estudos de Santos (1997) e sua compreensão sobre como as transformações de um lugar são afetados pelas relações de forças e do processo social. Os elementos patrimoniais de Anápolis correspondem com essa definição, pela função que tiveram na construção de Brasília. Os papéis que tiveram na cidade contribuíram como força produtora, aporte e auxílio para a viabilização das obras. Com o tempo, o panorama geográfico da cidade foi se modificando, seu desenvolvimento e crescimento em torno desses elementos patrimoniais mudaram,

contudo, o posicionamento histórico dessa relação se consolidou refletindo uma relação entre as cidades de Anápolis e Brasília.

### **De Brasília à Anápolis: heranças da nova capital**

Voltando para o período de construção de Brasília pela perspectiva das mudanças estruturais na cidade de Anápolis, é interesse entender como ela se modificou e como mantém preservada (ou não), em sua memória urbana e social esse período pelos seus elementos patrimoniais materiais. A análise da distribuição espacial o patrimônio cultural material na cidade de Anápolis permite identificar que a área central é onde se concentram os elementos patrimoniais, visto que, em sua maioria, situam-se próximo à Praça Bom Jesus, aspecto que possibilita inferir o investimento centralizado ao longo do desenvolvimento da cidade.

Perante o exposto, Horta, Grunberg e Monteiro (1999) afirmam que o patrimônio pode ser constituído por edifícios, sítios históricos ou conjuntos de edificações que recontam processos, histórias ou memórias e que possuem ou mantêm de determinadas regiões, ou simplesmente localidades específicas com significado especial para a história de um grupo.

À vista disso, pode ser compreendido como patrimônio “o resultado de uma dialética entre o homem e seu meio, entre a comunidade e seu território” (Machado; Dias, 2009, p. 2). Isso permite compreender a importância do contexto geográfico em que determinado patrimônio se constitui.

Por meios dos elementos patrimoniais da cidade de Anápolis se encontram os paralelos necessários para compreensão dos investimentos em rodovias para melhor escoamento logístico de materiais na construção de Brasília. Em um período curto, entre 1956 a 1959, a cidade passou por mudanças diretas com a implementação da Política Nacional de implantação de rodovias, depois veio a rápida viabilização da rodovia Brasília-Anápolis, construção da rodovia Anápolis-Santos e implementação da rodovia Belém-Brasília. Esses investimentos abriram possibilidades para a cidade de Anápolis conectando-a de Norte ao Sul do país (Máximo; Trevisan, 2021).

Os elementos patrimoniais recontam as mudanças sentidas e como essas conexões, com a construção de Brasília, foram margeadas pela própria estrutura já existente da cidade. Polonial (2011) destaca, em seus estudos, como a cidade de Anápolis mudou completamente na década de 1960, com os investimentos advindos da construção da Brasília. O autor afirma que nesse período Anápolis se modernizou com maior racionalização da expansão urbana, mecanizou sua produção agrícola, modificou suas relações trabalhistas e trouxe uma nova mentalidade social, apesar de manter sua estrutura agrária. Em consonância com Polonial (2011), Soares (2019) afirma que a cidade passou por um grande crescimento populacional, caracterizando um intenso processo de urbanização.

Um patrimônio que permite inferir os impactos do processo de urbanização é a Cadeia Pública, salvaguardada por meio da Lei nº 1824, de 03 de janeiro de 1991. O primeiro prédio de detenção foi construído próximo a Igreja Santana, no período de freguesia da cidade. No entanto, foi demolido no

final dos anos 1930, dando lugar ao Colégio Estadual Antensina Santana. Em 1947, em estilo *Art Déco*, um novo prédio é construído para abrigar a função de Cadeia Pública, o qual passa a atender as demandas emergentes resultantes da nova dinâmica populacional marcada pelo fluxo imigratório e pela caracterização de Anápolis como entreposto comercial (Leonel; Couto; Morais, 2019). Atualmente, esse patrimônio cultural funciona como Escola de Artes Oswaldo Verano, na Rua 14 de Julho.

As transformações no eixo rodoviário que potencializam Anápolis como entreposto comercial também exigem a reordenação urbana que impacta na localização de determinados objetos técnicos, como é o caso da Escola Couto Magalhães, que na década de 1960 é transferido para uma localidade privilegiada quanto ao fluxo de deslocamento. Esse patrimônio cultural está situado no norte da cidade, mas precisamente na Avenida Universitária que culmina no cruzamento da BR 414 com BR 153 que conecta a cidade de Pirenópolis e Anápolis, fato que realça a antiga conexão entre Anápolis e o município do qual se desmembrou. Futuramente, essa rodovia também se tornaria estratégica com a construção da base aérea, ponto de defesa nacional.

Ao sul da cidade de Anápolis, destaca-se a Casa JK, cuja importância histórica relaciona-se ao ato de assinatura do termo de transferência da capital federal do Rio de Janeiro para o Centro-Oeste brasileiro, pelo então presidente Juscelino Kubitschek, no dia 18 de abril de 1956.

Isso ocorreu em um edifício que se encontra nas dependências do Aeroporto Civil de Anápolis, o qual foi tombado pela Lei nº 2.732 de 29 de maio de 2001 tendo sua denominação alterada para Casa JK. Nota-se que esse foi um importante passo na consolidação do que representaria a cidade de Anápolis para o que viria a ser Brasília.

Com base na análise do patrimônio cultural material de Anápolis, nota-se que não há muitos elementos patrimoniais que expressam a memória desse período. No entanto, evidencia-se que a dinâmica rodoviária marcada pela expansão de conexões ressalta a importância estratégica de Anápolis, sendo a principal herança do processo de edificação da nova capital federal. Aspectos que exigem estudos verticalizados sobre essa temática para melhor compreensão da interconexão entre as duas cidades abordadas na pesquisa. Contudo, não foi possível adentrar nesse aspecto, devido aos recortes estabelecidos para o desenvolvimento do trabalho.

### **Considerações Finais**

Evidencia-se a importância de Anápolis no cenário regional como eixo de ligação entre o sul e norte do país, bem como sua proximidade à capital federal. Localização estratégica que remonta as origens da ocupação dessa área no centro goiano, tendo o trânsito e descanso de tropeiros como elemento crucial que revela as potencialidades logísticas da futura Anápolis.

No contexto da relação com a construção de Brasília, Anápolis já tinha os atributos necessários e estruturados para subsidiar comercialmente, educacionalmente e logisticamente a construção do

Distrito Federal, tendo os patrimônios culturais salvaguardados como testemunhas do papel determinante de Anápolis.

Evidenciar os patrimônios, foi um passo importante não apenas para recontar a história de Anápolis, mas as constituições desses elementos para o processo de desenvolvimento da cidade de Anápolis. Conforme a pesquisa foi avançando, foi revelado o valor histórico e social que eles possuem para a constituição da cidade.

Por meio dos patrimônios Mercado Municipal Carlos de Pina, as Estações Ferroviárias, os Colégios Couto Magalhães e Antensina Santana e antigo Fórum da cidade de Anápolis, foi possível compreender aspectos importantes quanto aos subsídios oferecidos por Anápolis para construção de Brasília, com destaque para elementos materiais, profissionais e sua localização estratégica que favoreceu toda a logística.

Dessa relação com a construção do novo Distrito Federal, não são muitos elementos patrimoniais que foram salvaguardados e refletem heranças da construção de Brasília, apenas há a hipótese, dentro das condições da análise empreendida nesse artigo, de possíveis ligações com a Cadeia Pública, o Colégio Couto e a Casa JK. Contudo, vale ressaltar os investimentos rodoviários e interurbanos que afetaram as rotas de locomoção e influenciaram na expansão da cidade e na percepção de seus patrimônios.

Como resultado desse processo intensificação do papel de Anápolis como entreposto comercial e sua posição estratégica no cenário regional, Anápolis é cortada por três rodovias federais que se interligam (as Br's 060, 153 e 414) e as ferrovias Centro-Atlântica e Norte-Sul, importantes instrumentos de integração econômica nacional, pois interligam o Porto Seco a outros portos e estradas brasileiras, como a estrada de ferro Carajás e os portos de Santos (SP) e Vitória (ES). A cidade também conta com a estação aduaneira do interior (EADI), denominada de "Porto Seco", e do Distrito Agroindustrial (DAIA), onde está instalado o Polo Farmacêutico de Genéricos que tem se consolidado como o maior da América Latina (Anápolis, 2022).

Entende-se que Anápolis não apenas favoreceu os recursos para a construção de Brasília, mas também utilizou dessa relação para seu desenvolvimento e consolidação. Dessa relação, os patrimônios culturais foram importantes de acordo com as necessidades de Brasília e com o crescimento populacional e urbano que a cidade mantém. Os investimentos realizados nas rodovias para que o fluxo de mercadorias e serviços fossem viabilizados para a construção, favoreceram a consolidação de Anápolis como eixo modal no centro-oeste brasileiro.

Nas pesquisas realizadas, não foram encontradas relações com Brasília no Museu Histórico Alderico Borges de Carvalho, Morro da Capuava, na Fonte Luminosa, Folia de Reis e o Dia Municipal da Folia de Reis e no Edifício histórico (antigo coreto).

Nota-se que é preciso discutir como o acervo patrimonial da cidade de Anápolis precisa ser preservado para a compreensão da historicidade, da memória e dos contextos que esses elementos evocam.

## Referências

- ANÁPOLIS. Lei nº 3.171, de 07 de dezembro de 2005. Câmara Municipal de Anápolis, 2005.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 1824, de 03 de janeiro de 1991. Câmara Municipal de Anápolis, 1991.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 1824, de 03 de janeiro de 1991. Determina o Tombamento de Prédios pertencentes ao Município, que menciona e dá outras Providências. 2012. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/go/a/anapolis/lei-ordinaria/1991/182/1824/lei-ordinaria-n-1824-1991-determina-o-tombamento-de-predios-pertencentes-ao-municipio-que-menciona-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 10 out. 2022.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 2.725 de 05 de abril de 2001. Câmara Municipal de Anápolis, 2001a.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 2.732 de 29 de maio de 2001. Câmara Municipal de Anápolis, 2001b.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 2.732 de 29 de maio de 2001. Determina o tombamento e a reforma do prédio localizado no aeroporto civil de Anápolis, bem como do monumento erigido em homenagem ao ex-presidente Juscelino Kubistchek, em terreno contíguo e dá outras providências. 2001. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/go/a1/anapolis/lei-ordinaria/2001/273/2732/lei-ordinaria-n-2732-2001-determina-o-tombamento-e-a-reforma-do-predio-localizado-no-aeroporto-civil-de-anapolis-bem-como-do-monumento-erigido-em-homenagem-ao-ex-presidente-juscelino-kubistchek-em-terreno-contiguo-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 out. 2022.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 2.736 de 21 de junho de 2001. Câmara Municipal de Anápolis, 2001c.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 25, de 10 de julho de 1984. Câmara Municipal de Anápolis, 1984.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 3.955 de 05 de abril de 2018. Câmara Municipal de Anápolis, 2018.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 320, de 31 de julho de 1907. Câmara Municipal de Anápolis, 1961. Disponível em: [https://sapl.anapolis.go.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1907/2313/2313\\_texto\\_integral.pdf](https://sapl.anapolis.go.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1907/2313/2313_texto_integral.pdf). Acesso em: 06 out. 2022.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 803 de 18 de dezembro de 2015. Câmara Municipal de Anápolis, 2015.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 811, de 15 de dezembro de 1887. Eleva a categoria de Villa a freguesia de S. Anna das Antas. Disponível em: [http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/criacao\\_de\\_municipios/anapolis/anapolis.pdf](http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/criacao_de_municipios/anapolis/anapolis.pdf). Acesso em: 03 out. 2022.
- BORBA, O. F.; MILAGRE, G. F. Anápolis e suas interfaces com a região urbana do Eixo Goiânia/Brasília. Revista Educação & Mudança, v. 27, p. 47-72, 2014.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 14 nov. 2022.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 25 de 30 de novembro de 1937. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em: [https://www.mpma.mp.br/arquivos/COCOM/arquivos/centros\\_de\\_apoio/cao\\_meio\\_ambiente/manuais/Noticia5575A4733.pdf](https://www.mpma.mp.br/arquivos/COCOM/arquivos/centros_de_apoio/cao_meio_ambiente/manuais/Noticia5575A4733.pdf). Acesso em: 25 out. 2022.

\_\_\_\_\_. Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937. Dá Nova Organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei\\_n\\_378\\_de\\_13\\_de\\_janeiro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_n_378_de_13_de_janeiro_de_1937.pdf). Acesso em: 08 out. 2022.

CHIAROTTI, M. V. M.; CHIAROTTI, T. M.. Os 140 anos da Igreja Sant'Ana: o marco histórico oficial de Anápolis (1871-2011). Caderno de Pesquisas: Museu Histórico Alderico Borges de Carvalho, v. 4, p. 11-22, 2012.

CHIAROTTI, T. M.. Memória da Modernidade: o antigo fórum de Anápolis e sua conjuntura histórica. Educação e Mudança, v. 20, p. 10-17, 2008.

CUNHA, W. C. F.. Anápolis: desenvolvimento econômico e estruturação do intraurbano entre 1870 e 1950. Revista Territorial, v. 3, p. 78, 2014.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. Estação General Curado. Município de Anápolis, GO. Estações Ferroviárias do Brasil, 2018. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/efgoiaz/galcurado.htm>. Acesso em: 07 de jul. de 2022.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. Estação Engenheiro Castilho. Município de Anápolis, GO. Estações Ferroviárias do Brasil, 2020. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/efgoiaz/engcastilho.htm>. Acesso em: 07 de jul. de 2022.

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q.. Guia básico de Educação Patrimonial. Petrópolis: Museu Imperial/IPHAN/MinC, 1999.

IPHAN. Linha do Tempo - Iphan 80 Anos. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20190127154324/http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1211>. Acesso em: 29 set. 2022.

LEONEL, W.; COUTO, G. R.; MORAIS, J. B.. Edificações de serviços municipais: Acessibilidade e sustentabilidade. 2019.

MACHADO, G. C.; DIAS, R.. Patrimônio Cultural e Turismo: Educação, Transformação e Desenvolvimento Local. Patrimônio: Lazer & Turismo (UNISANTOS). v. 6, p. 1-11, 2009.

MÁXIMO, P. H. P.; TREVISAN, R.. De Brasília a Anápolis (1956-1977): Uma Questão De Infraestrutura. In: VI Enanparq Brasília, 2021, Brasília. Anais - Eixo Temático 3: História, Historiografia E Crítica. Brasília: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2021.

PELLEGRINI FILHO, Américo. Ecologia, cultural e turismo. Campinas: Papirus, 1997.

POLONIAL, Juscelino. Ensaio Sobre a História de Anápolis. 2ª ed. Goiânia: Kelps, 2011.

RIBEIRO, W. C.; ZANIRATO, S. H. Ordenamento jurídico para a proteção do patrimônio natural no Brasil. Revista de História, n. 158, p. 277-300, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19082>. Acesso em: 10 dez. 2022.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. 4ª Edição. São Paulo: Nobel (Coleção Espaços), 1997. 88 p.

\_\_\_\_\_. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. 4ª edição. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, 260p.

SILVA, J. B. M. O interior e sua importância no projeto Centralizador do Brasil: Anápolis anos 20-30. 1997.

SILVEIRA, TELMA APARECIDA TELES MARTINS; CUNHA, A.M; CAMPOS, E. S. S. D.; DIAS, H. R. O.; SOUZA, J. P. C.; OLIVEIRA, L. C. B.; ARAUJO, M. A.. A educação infantil no município de Anápolis: primeiras aproximações. In: Didática e formação de professores: a qualidade da educação em debate, 2013, Goiânia. Didática e formação de professores: a qualidade da educação em debate. Goiânia: UFG, 2013.

SOARES, Murillo Oliveira. Anápolis: uma cidade entre capitais (Goiânia e Brasília) e modernidades (1930-1960). 2019. 213 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

RODRIGUEZ, Helio Suêvo. A importância da estrada de ferro para o estado de Goiás. Revista UFG, Goiânia, v. 13, n. 11, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48387>. Acesso em: 10 dez. 2022.

VARGAS, L. G. C.; COSTA, L. G. R.. Art déco e Fachadas: Signos do Centro Histórico de Anápolis. In: VII - Simpósio Nacional de Ciência e Meio Ambiente, 2016, Anápolis. VII Simpósio Nacional de Ciência e Meio Ambiente. Anápolis: UniEvangélica, 2016.

WESTIN, Ricardo. Brasília a capital que precisou de 150 anos para sair do papel. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/brasil-a-capital-que-precisou-de-150-anos-para-sair-do-papel>. Acesso em: 22 out. 2022.